



O PROBLEMA DO MAL EM AGOSTINHO DE HIPONA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA TEOLOGIA CONTEMPORÂNEA

The Problem of Evil in Augustine of Hippo and his Developments in Contemporary Theology

José Rildo Tavares Feitosa*

A
R
T
I
G
O
S



* Aluno do Bacharelado em Teologia no Seminário Batista do Cariri, Bacharel em Direito e Licenciado em Biologia. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior, Administração de Empresas e Direitos Humanos Fundamentais. Foi coordenador no curso de Direito e professor de diversas disciplinas nos cursos de Direito, Administração de Empresas, Gestão Comercial, Ciências Contábeis, e na Pós-Graduação de Direito Tributário na UNILEÃO. E-mail: jose.rildo.feitosa@gmail.com

RESUMO:

Agostinho de Hipona não é o primeiro a abordar o problema da existência do mal, mas é o primeiro filósofo e teólogo a responder satisfatoriamente à questão nos termos das Escrituras. Sua posição compatibiliza a Soberania de Deus com a Liberdade do homem. A Soberania divina é uma verdade da Santa Palavra, relacionada ao Ser divino. Por sua vez, a Liberdade do homem, e as implicações morais, também é revelada no texto sagrado. Em sua obra O livre-arbítrio, Agostinho aborda o mal nos aspectos metafísico-ontológico, moral e físico, logo no primeiro livro, identificando a natureza e a origem do mal. Este artigo mostra, primordialmente, o pensamento de Agostinho, situando-o histórica e criticamente.

PALAVRAS-CHAVE: O Problema do Mal; Agostinho; Soberania de Deus; Liberdade.

ABSTRACT:

Augustine of Hippo is not the first to tackle the problem of the existence of evil, but is the first philosopher and theologian to answer satisfactorily the question in accordance with the Scriptures. His position makes the sovereignty of God with man's freedom. The divine sovereignty is a truth of the Holy Word, related to the divine Being. On the other hand, the freedom of man, and the moral implications, are also revealed in the sacred text. In his work *The Free Will*, Augustine deals with evil in the ontological-metaphysical aspects, moral and physical, in the first book, identifying the nature and the origin of evil. This article shows, primarily, the thought of Augustine, reaching the historically and critically.

KEYWORDS: The Problem of Evil; Augustine; God's

1 - INTRODUÇÃO

Um grave incômodo para os “crentes” em Deus, de todas as épocas, é a discussão da “existência do mal no mundo” e suas causas. Para John M. Frame, “o problema do mal é, provavelmente, o mais difícil de toda a teologia, e para muitos ateus é o calcanhar de Aquiles da visão de mundo teísta” (FRAME, 2013, p. 136). Aflige filósofos, mas ainda mais os não-filósofos.

A tensão não se restringe também a uma discussão teológica, embora seja uma das demandas mais complicadas para a Teologia. É essencialmente filosófica e importuna os espíritos curiosos de diversas matizes ideológicas.

Amplamente discutida nos círculos eruditos, a simplicidade da provocação, no bom sentido, chega, facilmente, a todas as mentes, sem preconceito. Uma controvérsia fácil de propor e difícil de explicar. É só perguntar: - Por que existe o mal no mundo? Pronto. É o suficiente para nos tirar a paz. E a sensação de embaraço é natural diante de uma resposta tão difícil e quando a crença no Deus bom, justo e todo-poderoso é nosso ponto de partida.

A resposta, ao contrário da pergunta, não é simples de formular. Para os religiosos surge, quase instintivamente, a necessidade de “livrar” Deus da acusação de ser o “causador” do mal. Esta armadilha está sempre pronta para nos capturar. Considerando preconceitos e pressupostos, também no melhor sentido, fica tudo mais difícil.

A discussão nos parece central na trajetória histórica cristã. Está em muitos movimentos dentro do cristianismo e fora dele, de um jeito ou de outro, a embaraçar os argumentos. Perpassa, mais recentemente, pelo arminianismo tradicional, o teísmo aberto e os pensadores da teologia do processo; e, anteriormente, pelo marcionismo, o gnosticismo, o maniqueísmo, o pelagianismo e semi-pelagianismo e o socinianismo. Todos às voltas com ideias “libertárias”, suscitando controvérsias épicas na igreja, a exemplo deste embate de Agostinho com os maniqueus. A questão vai e volta com diversas roupagens.

Neste artigo, a discussão do mal em Agostinho de Hipona é o foco, assim como entendemos ter sido formulada a sua teoria. Concentrar-nos-emos no conteúdo do livro *De libero arbitrio* (O livre-arbítrio). Tentaremos chegar aquém, até à fonte de Agostinho e, além, às críticas de sua posição.

Pressupomos que o leitor tenha, mesmo breve, um conhecimento de Santo Agostinho, pois não nos deteremos em sua biografia, exceto para cumprirmos o propósito, quando necessário. Temos o desejo de expor com clareza e objetividade o pensamento de Santo Agostinho, o “Doutor da Graça”, tarefa difícil, mas empregaremos nela textos de Agostinho e de outros pensadores que consideramos relevantes para embasar a discussão, todos eles devidamente referenciados.

2 - O PROBLEMA

O problema do mal levanta, imediatamente, a dúvida sobre a existência de Deus, tornando-o ilógico e irracional ante a existência do mal. Para muitos filósofos é assim.

John Frame, no capítulo 6 da obra *Apologética para a glória de Deus*, demonstrando a função de “defesa” da apologética, estabelece o problema do mal e apresenta o caminho dos filósofos incrédulos (FRAME, 2010, p. 117):

EXISTE UM PROBLEMA DO MAL? HÁ UMA RESPOSTA?

Neste capítulo, consideraremos aquilo que, talvez, seja a objeção mais séria e convincente que o incrédulo poderá levantar contra o teísmo cristão: o problema do mal. Uma formulação típica é a seguinte:

Premissa 1: se Deus fosse Todo-poderoso, teria sido capaz de prevenir o mal.

Premissa 2: se Deus fosse Todo-bondoso, ele teria desejado prevenir o mal.

Conclusão: portanto, se Deus fosse Todo-Poderoso e todo-bondoso não haveria o mal.

Premissa 3: contudo, o mal existe.

Conclusão: portanto, não há um Deus Todo-poderoso e todo-bondoso (sic).

Este dilema entre um Deus bom e todo-poderoso e o problema do mal é chamado por Alvin Plantinga de *ateologia natural*. Segundo ele, “talvez o componente de ateologia natural mais amplamente aceito e impressionante tenha a ver com o chamado *problema do mal*” (PLANTINGA, 2012, p. 19).

Plantinga estabelece sua discussão a partir do texto *Evil and Omnipotence* (Mal e Onipotência) de John Mackie que propõe a tese (apud PLANTINGA, 2012, p. 24):

Penso, contudo, que se pode fazer uma crítica mais significativa por meio do problema tradicional do mal. Aqui se pode mostrar não que as crenças religiosas carecem de sustentação racional, mas antes que são positivamente irracionais, que as diferentes partes da doutrina teológica essencial são *inconsistentes* entre si [...]

Onde está a inconsistência apontada? Segundo Mackie, está no conjunto de três proposições: (1) Deus é onipotente; (2) Deus é totalmente bom; e (3) O mal existe (PLANTINGA, 2012). A este conjunto, Plantinga chama de “conjunto A”. E indaga

contrastando Mackie: “Mas o que é um conjunto inconsistente ou contraditório? ” (PLANTINGA, 2012, p. 25). E expõe o erro lógico primário de Mackie, pois as proposições do conjunto A não são *inconsistentes* ou *contraditória* entre si. Mackie estaria certo se os membros de uma proposição fosse a negação de outras no mesmo conjunto. Assim, a negação ou contradição seria: (1’) Deus não é onipotente (ou é falso que Deus seja onipotente); (2’) Deus não é totalmente bom; e (3’) Não há mal (PLANTINGA, 2012, p. 26). Como nenhuma destas está no conjunto A, não é correto afirmar que suas proposições sejam “inconsistentes entre si”.

Mas o que tem a ver Plantinga e Agostinho? Plantinga classifica a posição agostiniana como uma tentativa de nos dizer “qual é a razão de Deus para permitir o mal” (PLANTINGA, 2012, p. 43). Que, para Agostinho, o fato de Deus permitir o mal seria a forma de criar um universo realmente mais perfeito, de primeira categoria, permitindo a “agentes livres, racionais e morais” (PLANTINGA, 2012, p. 43) se expressarem plenamente.

Ainda sobre Agostinho, Alvin Plantinga afirma que a tentativa de “especificar a razão de Deus para permitir o mal” (PLANTINGA, 2012, p. 44) é uma *teodiceia*, que ele denomina de *teodiceia do livre-arbítrio* (PLANTINGA, 2012, p. 44). Na filosofia de Leibniz, teodiceia é o “conjunto de argumentos que, em face da presença do mal no mundo, procuram defender e justificar a crença na onipotência e suprema bondade no Deus criador, contra aqueles que, em vista de tal dificuldade, duvidam de sua existência e perfeição” (HOUAISS, 2009). Nas críticas à posição de Agostinho, retomaremos o arranjo de Plantinga mostrando as diferenças básicas.

Posto o problema, e retomando um pouco do fundo histórico, quando o gnosticismo primitivo dava sinais de enfraquecimento de sua influência no mundo greco-romano, uma vertente dele, o maniqueísmo, surgia com o destino de influenciar muitas mentes e, para muitos, contrárias aos ensinamentos das Escrituras.

O movimento fora fundado, na Babilônia e Pérsia, no século III da nossa era, por Mani (GONZÁLEZ, 2011, p. 208), um profeta persa. As ideias de Mani eram sincréticas com elementos do cristianismo, judaísmo, zoroastrismo, hinduísmo e budismo. Suas doutrinas baseavam-se na observação astronômica, de cunho racionalista (GONZÁLEZ, 2011, p. 208). Tendo por suporte uma concepção dualista do cosmos, herdada do

gnosticismo, entendiam o mundo como fruto de uma fusão de dois princípios, um espiritual e luminoso e, o outro, físico e tenebroso, igualmente poderosos. A situação humana resultava do conflito desses princípios em cada pessoa. A combinação dera origem a um mundo material essencialmente mau.

Diferentemente do gnosticismo, o maniqueísmo considerava os dois princípios iguais em força e contrapostos. Esses princípios universais e eternos, luz e trevas, misturaram-se, e esta confusão determinou a situação do homem. A criação da matéria, que é má, por um ser bom, promovera a mesclagem indesejada. Por isso, “a salvação consiste em separar esses dois elementos, e em preparar nosso espírito para a volta ao reino da luz e sua fusão final com a luz eterna”. Para Mani, a matéria seria antagônica ao bem, logo o deus criador do ser humano, o Demiurgo, seria limitado e mau, e toda a sua criação também era má (GONZÁLEZ, 2011, p. 208).

O próprio Agostinho tornara-se, em determinado momento de sua vida, um maniqueu. Ao se perguntar de onde viria o mal, e não querendo atribuir a Deus, pois Deus é um ser de bondade suprema, encontrava na explicação dualista dos maniqueístas uma resposta. O bem teria sido criado por Deus, o princípio da luz, e o mal por outra divindade, o princípio das trevas. Depois de um tempo, abandonara a seita ao não encontrar respostas consistentes para suas inquietações, dentre elas a “origem do mal”.

Nas suas *Confissões*, Agostinho declarou: “Bastava-me, Senhor, usar contra aqueles maniqueus, ao mesmo tempo enganados e enganadores, faladores e mudos (...) a objeção de Nebrídio” (AGOSTINHO, 1997, VII,2-3, p. 175). Que objeção era essa? Se o Verbo de Deus, livre, puro e íntegro, seria também corruptível, uma vez que era feito da mesma substância do homem. Ora, afirmar que o Cristo era incorruptível, mostraria que suas teses eram falsas e, portanto, condenáveis. Do contrário, afirmar que era corruptível, seria por si mesma também falsa e abominável, contrária às Escrituras. Só este argumento colocava em cheque a tese dos maniqueístas e desviara deles o destino de Agostinho.

Na verdade, as indagações de Agostinho naquelas reuniões tinham respostas postergadas pelos maniqueus que as consideravam “profundas”. Eles remetiam para as respostas que seriam dadas por um mestre “perfeito” chamado Fausto. Quando o encontro aconteceu, o mestre Fausto se mostrou também um embuste. A desilusão fez Agostinho procurar alternativas. Mas a pergunta continuava sem resposta. Qual é a origem do mal?

Agostinho (AGOSTINHO, 1997, VII, 3-4, p. 176) confessara o seu incômodo:

Mas até esse momento eu sustentava tua intangibilidade e total imutabilidade e acreditava nelas, ó nosso Deus verdadeiro, que fizeste não só nossas almas, mas também nossos corpos, e não só nossas almas e corpos, mas todos os seres e todas as coisas. Não tinha, no entanto, ideia clara e nítida da *causa do mal* (...) Por isso, na minha busca tranquila, eu estava certo quanto à falsidade da doutrina daqueles, de quem me havia afastado por convicção.

Este era o dilema de Agostinho, crer em um Deus imutável e bom, e conviver com a existência do mal no mundo. Rejeitara o maniqueísmo, mas permanecera sem resposta para a dúvida existencial. Na sequência, evidenciaremos o caminho e as descobertas fascinantes deste pensador, teólogo e filósofo, talvez o maior da história da igreja cristã em todas as épocas.

3 – O CAMINHO DE AGOSTINHO PARA ENTENDER A ORIGEM DO MAL

Quais eram as inquietações de Agostinho?

Encontramos nas *Confissões* as muitas indagações dele. Essa passagem é muito interessante para explicar, dentro do método empregado por ele, os problemas essenciais que o conduziram. Dada sua relevância, pedimos licença para fazermos essa longa citação. Foi escrita posteriormente à obra *O Livre-arbítrio*, mas contém as pistas da sua proposição para a origem do mal (AGOSTINHO, 1997, VII, 5-7, pp. 179-180).

E dizia: Eis Deus, e eis as suas criaturas. Deus é bom, poderosíssimo e imensamente superior a elas. Sendo bom, criou coisas boas, e assim as envolve e completa. Mas então onde está o mal, de onde veio e como conseguiu penetrar? Qual a sua raiz, qual a sua semente? Ou talvez não existe: Por que tememos então e evitamos o que não existe? Se tememos o mal sem motivo algum, é esse temor um mal, enquanto sem motivo nos perturba o coração, e tanto mais grave quanto nada há que temer. Portanto, ou o mal que tememos existe, ou o próprio fato de temê-lo é um mal. Mas de onde vem o mal, se Deus é bom e fez boas todas as criaturas? Ele é certamente o sumo bem, e as criaturas são bens menores. Mas, criador e criaturas, todos são bons. De onde então vem o mal? Porventura da matéria que ele usou? Haveria nela algo de mal, e Deus, ao dar-lhe forma e ordem, teria deixado algo por transformar em bem? E por que teria procedido dessa maneira? O Onipotente teria sido impotente para convertê-la, de modo que nela não permanecesse mal nenhum? Enfim, por que empregou essa matéria, ao invés de usar sua onipotência para reduzi-la ao nada? Poderia ela existir contra a vontade dele? E se era eterna, por que a deixou subsistir nesse estado por um tempo infinito, para só depois decidir fazer uso dela? Ou se a decisão de agir foi repentina, por que sua onipotência não a reduziu ao nada, para que subsistisse apenas ele, verdadeiro sumo e infinito bem? Ou se não era bom que a bondade deixasse de realizar coisas boas por que não aniquilou a matéria má reduzindo-a ao nada, estabelecendo outra que fosse boa e com ela criando todas as coisas? Que onipotência era a sua, se não podia criar algo de bom sem o auxílio de matéria não criada por ele?

Tais eram as reflexões que agitavam meu pobre espírito, já sob o peso da pungente preocupação de morrer sem conseguir descobrir a verdade.

Vemos um Agostinho às voltas com o problema dualista, escravo dessa concepção, embotado de mente, preso a grilhões. Foi preciso viver uma dolorosa catarse, a exemplo das águias, e continuar sua peregrinação pelos caminhos da inquietude existencial.

Foi então que Deus, na sua infinita sabedoria e providência, proporcionou a ele a leitura de alguns livros dos neoplatônicos, traduzidos do grego para o latim, segundo ele, “através de um homem inflado de orgulho imenso” (AGOSTINHO, 1997, VII, 9-13, p. 186), fragmentos filosóficos e doutrinários que tinham muitos pontos de contato com a doutrina cristã. Isto incluía intercâmbio de terminologias, embora alguns com sentidos diversos. Estes “fragmentos de verdade”, que, segundo ele, não podiam ser desprezados pelos pagãos convertidos ao cristianismo, e com os quais estabeleceu paralelos com citações de Salmos, Tiago, Pedro, Filemom e, principalmente, o evangelista João, os ajudaram na sua busca incessante. O neoplatonismo era, além de uma disciplina, uma verdadeira doutrina. Muito do que propõe Agostinho se baseia nesta concepção neoplatônica.

Justo Gonzalez (GONZÁLEZ, 2014, p. 209) esclarece um pouco da doutrina neoplatonista e sua aproximação do cristianismo que ajudou Agostinho em seus dilemas:

Em oposição ao miniqueísmo, o neoplatonismo cria que existia só um princípio, do qual provinha toda a realidade, através de uma série de emanações – como os círculos concêntricos que uma pedra produz em uma piscina. As realidades mais próximas desse Uno são superiores; as mais distantes, inferiores. O mal, então, não provém de outro princípio, mas consiste em afastar-se do Uno Inefável, e dirigir os olhos e pensamentos para a infinita multiplicidade do mundo material. Tudo isso era resposta para uma das velhas interrogações de Agostinho: o problema da origem do mal. Desse ponto de vista, era possível afirmar que um só ser, de bondade infinita, era a fonte de toda a criação, sem com isso negar o mal que há nela. O neoplatonismo também ajudou Agostinho a conceber Deus e a alma em termos menos materialistas que aqueles que aprendera com os maniqueus.

Um pensador neoplatônico que exerceu grande influência sobre Agostinho foi Plotino (203 – 270 d.C.), um dos principais filósofos de língua grega no mundo antigo. Num tratado denominado *Sobre o que são e de onde vêm os males*, “conciso e elíptico, de impressionante vigor especulativo” (BARACAT, 2006, p. 120), Plotino trata da

compreensão da matéria como princípio do mal. Neste tratado, Plotino expõe sua convicção de que o mal moral, o mal para a alma, esteja na relação entre alma e matéria.

Em sua tese doutoral intitulada *Plotino, Enéadas I, II e III; Porfírio, Vida de Plotino – Introdução, tradução e notas*, José Carlos Baracat Júnior (BARACAT, 2006, p. 120) apresenta um fragmento do tratado que nos dá uma pista clara de onde surge a proposição de Agostinho para o problema do mal.

Portanto, o princípio do mal para elas é a audácia (*tólma*), e a gênese, e a primeira alteridade e o querer serem de si mesmas. De fato, assim que se mostram regozijantes com seu arbítrio, empregando bastante sua capacidade de moverem-se por si mesmas, correndo na direção contrária e fazendo-se extremamente afastadas, ignoram que elas mesmas provém de lá: como crianças que, afastadas do nascimento de seus pais e criadas distantes deles por muito tempo, ignoram a si mesmas e a seus pais. As almas, então, como não veem àquele [deus] nem a si mesmas, menosprezando a si mesmas pela ignorância de sua estirpe, prezando as outras coisas e admirando a todas mais do que a si mesmas, chocando-se perante elas, maravilhando-se e dependendo delas, elas assim desprendem-se a si mesmas como lhes é possível daqueles para quem dão as costas, menosprezando-os; desse modo, resulta que a causa de sua completa ignorância daquele é seu apreço pelas coisas daqui e o menosprezo por si mesmas (V. 1 [10] 1.3-17; cf. III. 9 [13] 3.8-16).

Nesta alegoria da criança que se afasta de seus pais, como nos círculos concêntricos neoplatônicos, as almas se afastam de Deus, dando-lhe as costas e menosprezando-o, por se maravilharem com as coisas criadas. Estas leituras levam Agostinho (AGOSTINHO, 1997, VII, 10-16, pp. 190-191) a buscarem no seu próprio íntimo a verdade. E, triunfante, ele admite em suas *Confissões*:

Instigado por esses escritos a retornar a mim mesmo, entrei no íntimo do meu coração sob tua guia, e o consegui, porque tu te fizeste meu auxílio. (...) E ouvi como se ouve no coração, e já não tive motivo para duvidar. Mais facilmente duvidaria de estar vivo do que da existência da verdade, a qual se apreende através das coisas criadas.

Assim nos preparamos para a sabedoria de Agostinho, descrita nas próximas linhas, com o desvelo que empregou e com a força de alma na busca da verdade, que para defender a sua fé do maniqueísmo, compôs três tratados: *De moribus ecclesiae catholicae* (O costume das igrejas católicas), *De moribus maniqueorum* (O costume dos maniqueus) e *O livre-arbítrio*. Esta última, somada a *A Natureza do Bem* e as *Confissões*, serão referência deste artigo.

O Livre-arbítrio teve sua redação iniciada em 388 d.C., enquanto permanecera em Roma após a morte de sua mãe Mônica, concluiu a obra por volta de 394 ou 395 d.C.,

levando cerca de seis ou sete anos na tarefa. Em 396, envia uma carta ao amigo, bispo de Nola, Paulino, juntamente com uma cópia dos três livros que compõem *O Livre-Arbítrio* recém terminado (AGOSTINHO, 1995, pp. 11-12). Uma obra apologética, portanto.

É uma obra em forma de diálogo estabelecido entre Agostinho e Evódio, amigo e conterrâneo, de formação intelectual completa, ex-militar e dedicado às letras, convertido em Milão, monge em Tagaste na primeira comunidade ali formada e, futuramente, em 396, bispo de Upsala, na África Proconsular.

4 – O PROBLEMA DO MAL, O PECADO E O LIVRE-ARBÍTRIO

A obra *O Livre Arbítrio* é composta de três livros, como dissemos. O primeiro, especula sobre a origem do pecado, o mal moral; o segundo, e talvez o mais valioso da obra, o coração da obra, sem dúvida, trata de provar a existência de Deus; e o terceiro, complementa e esclarece os anteriores, abordando, especialmente, a doutrina da providência de Deus, que concedeu o livre arbítrio, que é um bem e que deve nos levar ao louvor de Deus.

É um tratado de grande porte e duração, extenso, profundo e decisivo, uma demonstração racional, não psicológica ou baseada apenas na contribuição da fé, senão fundada expressamente na razão (AGOSTINHO, 1995, p. 20). Uma obra atualíssima e de indispensável leitura.

Agostinho começa respondendo a uma primeira indagação: O QUE É O MAL? E passa a responder em três níveis: O mal no sentido metafísico-ontológico; o mal no sentido moral; e o mal no sentido físico.

Para melhor entendermos o que se mostrará a partir daqui, Agostinho identifica essas duas formas de manifestação do mal no cosmos. O chamado mal moral, o pecado, e o mal físico, consequência do pecado. Deus sendo bom não era o autor do mal moral, mas sendo igualmente e plenamente justo, retribuiria o pecado com o que nos parece um mal, que é o castigo decorrente do mal moral.

5 – O MAL NO SENTIDO METAFÍSICO-ONTOLÓGICO

Inicialmente, estamos diante de uma dicotomia ontoaxiológica, ou seja, uma investigação teórica do ser (ontológica) e uma avaliação valorativa opondo o bem e o mal (axiológica). Na verdade, o método de Agostinho é partir da oposição valorativa de mal e bem para se chegar à origem do bem e do mal (ao ser e/ou ao não-ser).

O que é o bem? Como vemos nas Escrituras, Deus é. É um ser eterno e o bem na sua expressão máxima. Logo, o bem supremo, perfeito em si, infinito e eterno, que é o Criador, é este o próprio bem, o bem superior, o bem supremo, o sumo bem. Ontologicamente, o bem é um ser, porque Deus é um ser.

Mas esse ser é o criador de todas as coisas. Tudo no universo foi por ele criado. E tudo que criou é bom, porque, logicamente, racionalmente, o supremo bem não criaria nada que não fosse bom. Se assim não fosse, não seria o sumo bem. Todo bem Dele procede. Então, se Deus é um ser, e Deus é o bem supremo, o bem é um ser. Em escala, Deus é o bem superior, ou melhor, supremo. O sumo bem. Logicamente, aquilo que é criado não pode ser superior ao criador. Pode ser igual ou inferior, embora seja a criatura um bem, pois procede do sumo bem. Mas o cosmos nos mostra que os bens são inferiores ao criador, porque se fosse igual, seria o próprio Deus. A criatura não se confunde com o Criador, pois é distinta Dele. A criação é uma alteridade de Deus.

As criaturas também são seres. Não perfeitas em si ou imperfeitas, finitas e efêmeras, que quando vistas isoladamente parecem um defeito, um mal, porém vistas coletivamente, em conjunto e articuladas, estão em harmonia perfeita. Assim como Deus é um ser, as suas criaturas são seres, que foram trazidas a existência por Ele que é eterno. Mas as criaturas procedem de um Criador e, por isso, são bens inferiores.

É importante essa noção da superioridade de Deus, o bem supremo, e da inferioridade das coisas criadas na explicação de Agostinho para o problema do Mal.

Concluindo, o bem é Deus, um bem superior, e as criaturas, bens inferiores.

E o que é o mal? O mal não é um bem, logicamente. Se não é um bem, não pode ter sido criado por Deus. Não é uma criatura. No cosmos, o mal não é um ser, não existe em si mesmo, porque não foi criado por quem criou todas as coisas. Só lhe resta o não-ser. O mal, simplesmente, não é. Para que ele se manifeste, e o universo nos mostra sua

manifestação, tem que haver uma dicotomia, ou seja, contrario e complementar ao bem. O que significa que o mal é a ausência do bem. Quando o bem não se manifesta, o mal se apresenta. O afastar-se de Deus é o mal. Quanto mais distante do bem supremo, maior o mal. Neste diapasão, o bem sempre foi e o mal nunca foi. O mal só entra na existência, pelo afastamento do bem.

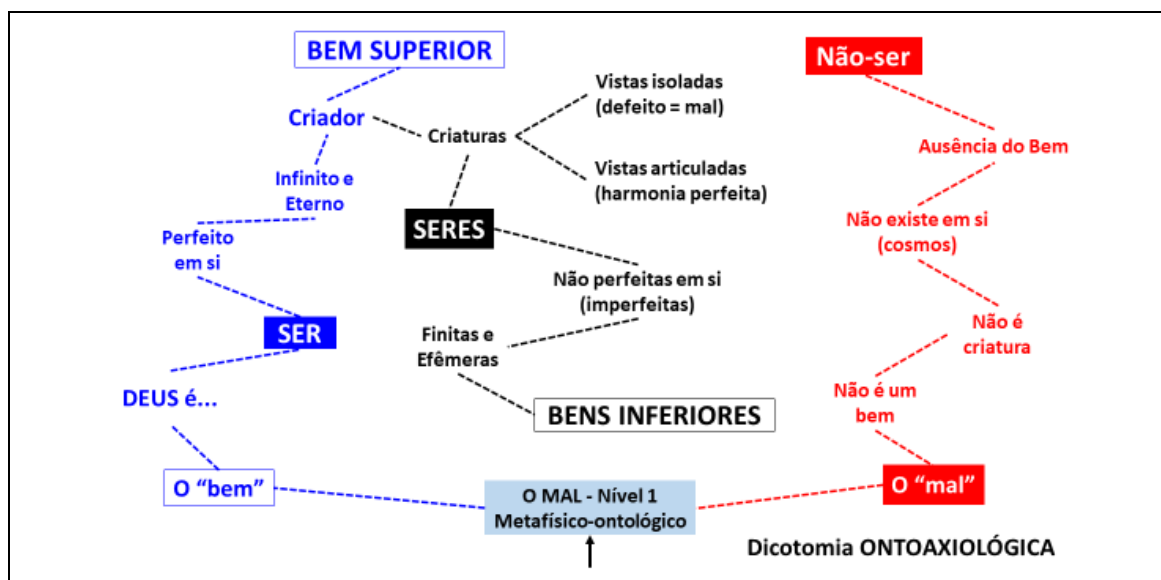


Figura 1. O mal em sentido metafísico-ontológico.

Uma passagem de *A Natureza do Bem* esclarece que as criaturas são bens relativos e bons. Todos os bens, grandes e pequenos, existem por Deus. Também por Deus existem todo o *modo* (ou toda medida), toda a *espécie* (ou toda forma) e toda a *ordem*, sejam eles grandes ou pequenos. Deus está acima de tudo isso, não relativamente à distância, mas porque o modo, a espécie e a ordem, todos eles, provém do Poder de Deus, que é inefável e singular. As coisas que têm modo, espécie e ordem grandes, são grandes bens. As coisas nas quais o modo, a espécie e a ordem são pequenos, consideram-se pequenos bens. Nesta obra Agostinho (AGOSTINHO, 1992) afirma:

De fato, as coisas são tanto melhores quanto mais moderadas, mais especiosas e mais ordenadas forem, por outro lado, quanto menos modo, menos espécie e menos ordem têm, menos boas são. Assim, estes três aspectos, o modo, a espécie e a ordem (para não falar dos muitos outros que se demonstra dependerem desses três), esses, repito, o modo, a espécie e a ordem, são como que bens genéricos nas coisas feitas por Deus, quer no espírito quer no corpo.

Conclui Agostinho que “onde estas três coisas são grandes, grandes são as naturezas; onde são pequenas, são pequenas as naturezas; onde não existem, nenhuma natureza existe. Logo, toda a natureza é boa” (AGOSTINHO, 1992, p. 41).

Em seguida, Agostinho (AGOSTINHO, 1992, p.43) responde à pergunta: O que é o mal?

Quando se trata de procurar onde está o mal, deve primeiro investigar-se o que seja o mal. Ele não é mais do que a corrupção do modo, da espécie ou da ordem natural. Assim, diz-se má a natureza que está corrompida, pois que a natureza incorrupta é boa. Mas, mesmo a natureza corrompida, enquanto natureza, é boa, só enquanto corrompida é que é má.

Podemos, então, compreender em Agostinho que o mal não foi criado por Deus, porque Deus criou todas as coisas do modo, da espécie e da ordem não corrompidas, grandes e pequenas, redundando em grandes bens ou pequenos bens. Ninguém criou o mal, ele sempre esteve, na corrupção da natureza das coisas.

Platão, em *A República*, Livro II, narrando o diálogo de Sócrates com Adimanto, buscando representar Deus como ele é, traz o colóquio da seguinte forma (PLATÃO, 1994, p. 81):

Sócrates – Não é certo que Deus é essencialmente bom e como tal devemos figurá-lo?

Adimanto – Sem dúvida.

Sócrates – Nada do que é bom pode ser nocivo: de acordo?

Adimanto – Sim.

Sócrates – Poderá ser danoso o que de si não é nocivo?

Adimanto – De nenhum modo.

Sócrates – Poderá fazer mal o que não é nocivo?

Adimanto – Também não.

Sócrates – Nem o que não faz ser causa do mal?

Adimanto – Impossível.

Sócrates – O que é bom é benéfico?

Adimanto – Sim.

Sócrates – E, por consequência, causa do bem que se faz?

Adimanto – Sim.

Sócrates – O que é bom não é a causa de tudo, ou, por outra, é causa do bem e não do mal. De acordo?

Adimanto – Necessariamente.

Sócrates – Assim, sendo Deus essencialmente bom, não é a causa de tudo, como geralmente se diz. É apenas causa de uma pequena parcela das coisas que acontecem aos homens, não de todas as demais; porquanto é certo que nossos males são muito mais numerosos que nossos bens. Estes, só a Deus devemos atribuí-los; quanto àqueles, cumpre achar-lhes outra causa, que não Deus.

Condenando os poetas, Platão repudia a afirmação de Ésquilo de que “quando Deus quer extirpar uma família, faz nascer uma razão de castigá-la” (PLATÃO, 1994, p.

82). E então, Sócrates estabelece a primeira lei sobre os deuses: “Assim, pois, a primeira lei sobre os deuses, bem como a primeira estabelecida, ordenará que se reconheça, nos discursos públicos e nas composições poéticas, que Deus não é o autor de todas as coisas, senão só do bem” (PLATÃO, 1994, p. 81-82). Vê-se, claramente, uma influência platônica nesta primeira argumentação de Agostinho sobre Deus não ser o criador do mal.

6 - O MAL MORAL

Algumas premissas serão tomadas agora para efeito explicativo:

1. Deus não criou o mal e o mal não está em Deus que é o bem supremo;
2. O mal não é um ser, e sim um não-ser, porque não é o Supremo bem e nem um bem inferior criado.
3. Mesmo assim, o mal é visto no cosmos, no mundo criado.

Todas os seres inferiores foram criados bons por Deus. Considerando no cosmos o movimento, o princípio da inércia, ou seja, o Princípio do Movimento e do Repouso nos Seres, as criaturas tenderiam a permanecer boas se nenhuma força atuasse sobre elas para mudar o curso da existência. Se não houvesse uma causa eficiente, prevaleceria nas coisas criadas a “boa vontade”, a prática natural do bem. Neste caso, as criaturas tenderiam, naturalmente, para o “bem superior”, em outras palavras, naturalmente as criaturas boas tenderiam para Deus, o bem supremo. Todas as coisas foram criadas para a glória de Deus (*dóxa*) e tenderiam assim eternamente sem uma causa eficiente para mudar esse curso. Então, a ordem natural das coisas seria as criaturas tendendo para o Criador, nessa ordem hierárquica: o bem inferior, criado, tenderia para o bem superior.

Porém, ocorre uma “causa eficiente” – ou “deficiente” – que subverte a ordem hierárquica natural das coisas. A criatura ao invés de preferir o bem superior, prefere o bem inferior. Prefere a criatura ao invés do Criador. Isto ocorreu por causa da “vontade má” do homem. Por que vontade má? Porque deixar a direção do Bem Supremo para se voltar para as criaturas, na direção oposta do Supremo Bem, implica na direção do mal. A esta vontade má, dá-se o nome de pecado. Por isso pecado é “transgressão”. Transgredir é “ir além de”, “atravessar”, “passar do outro lado”, “passar além”, “infringir”, “ofender”, etc., em outras palavras, não permaneceu em Deus, desconheceu o seu Deus, tirou as

vistas de Deus.

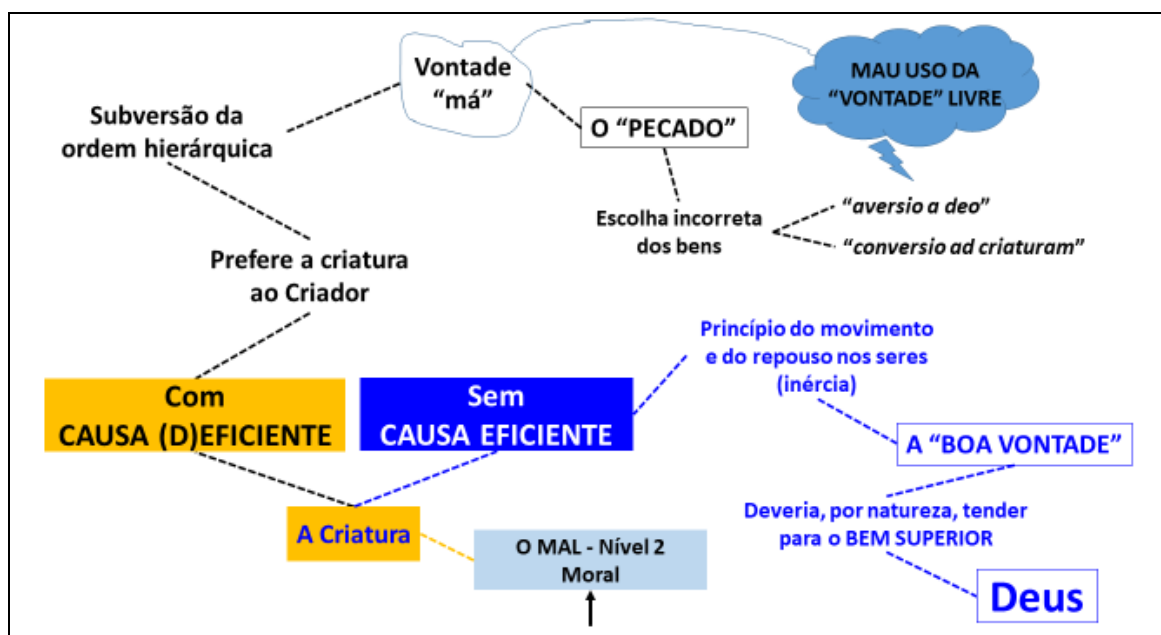


Figura 2. O mal moral e sua causa

O Mal moral é a escolha incorreta dos bens. “*Aversio a deo*” (aversão a Deus) e “*conversio ad creaturam*” (conversão à criatura), nas palavras de Agostinho.

Por que isso ocorreu? Por conta do “mau uso da vontade livre”. Foi a vontade existente no homem, que é um bem, porque foi criada por Deus, que levou o homem na direção do bem inferior. E o ser livre, qualificando a vontade, também seria um bem, porque uma vontade condicionada na criação talvez não levasse à glória plena de Deus como uma expressão “completamente” voluntária na direção do Criador. O mal moral não foi criado por Deus, nem praticado por Deus, nem causado por Deus, mas foi a vontade livre do homem a causa do mal moral praticado pelo homem.

7 - O MAL FÍSICO

Há um mal que observamos na natureza em suas diversas manifestações. Este mal está no cosmos, nas criaturas. As doenças, as deficiências, a fome, os sofrimentos, a morte, as destruições, as catástrofes naturais, as guerras, os genocídios, o envelhecimento são manifestações do mal na natureza.

Todas estas manifestações são consequências da “morte” anunciada por Deus, são aspectos dessa morte. Qual é a essência destes males? No Éden, esses males estavam ausentes. Somente depois do pecado, da queda do homem, todos esses males se manifestaram, como resultado da sentença proferida por Deus em “consequência” da desobediência ou da transgressão. Logo, o mal físico que experimentamos todos os dias é “consequência”, primeiramente, do pecado original, pois Adão como cabeça da raça, como nosso representante, pecou e morreu, e a morte, por transmissão, passou a todos os homens à semelhança da transgressão de Adão, pelo pecado de Adão e pelo pecado deles mesmos.

O mal físico é uma sanção, uma penalidade do mal moral. Esta é a causa do mal moral. Deus não é a causa do mal moral. Não resta dúvida que Deus é o Bem Supremo. E por isso não criou o mal moral. Porém, este mesmo Deus é justo, completamente justo. E não deixaria a transgressão sem a recompensa. Como expressão da pessoa de Deus, sua bondade e justiça, inerentes, decorrem duas consequências lógicas: Deus não praticou o mal moral e Deus não deixou o mal moral praticado pelos homens sem consequência. Mal físico não é o mal em si, mas uma consequência do mal moral.

Esse mal físico não pode ser interpretado como um problema inerente do cosmos. Esse é o erro dos dualistas. O erro dos maniqueus. O cosmos foi criado bom. E completada a obra da criação, visto em sua totalidade, ficou “muito bom”. Não é a corrupção do corpo que pesa sobre a alma, para endossar a afirmação de que “a alma é boa e o corpo é mau”. A manifestação do mal físico está sujeita a uma causa finita. Todas as manifestações do mal físico na natureza cessam, porque sua causa cessa. Também por esse motivo a corrupção do corpo não poderia pesar sobre a alma. Porque se fosse assim, a morte libertaria o homem do mal, e todos estariam salvos, mas não é assim. Esse mal físico é transitório, é penalidade, é consequencial. Essa liberdade de alma, nestes termos, é platônica. E não é esta que Agostinho discorre. Senão vejamos:

Sócrates – E só diriam a verdade, Símias, como exceção do que se refere a estarem cientes desse ponto, pois, de fato, não sabem de que modo o verdadeiro filósofo deseja a morte, nem como pode vir a alcançá-la. Porém deixemos essa gente de lado e perguntemos a nós mesmos se acreditamos que a morte seja alguma coisa?

Símias – Sem dúvida, respondeu Símias.

Sócrates – Que não será senão a separação entre a alma e o corpo? Morrer, então, consistirá em apartar-se da alma o corpo, ficando este reduzido a si mesmo e, por outro lado, em libertar-se do corpo a alma e isolar-se em si mesma? Ou será a morte outra coisa?

Símias – Não; é isso, precisamente, respondeu.

Neste diálogo denominado *Fedão* (PLATÃO, p. 7), o apartar o corpo da alma é libertador. A morte é somente o isolamento do corpo que é mau, da alma que é boa, para que esta viva a plenitude de suas potencialidades. Não é assim que pensa Agostinho, porque ele pensa segundo as Escrituras, mas diverge do platonismo neste ponto.

Deus ao exercer a sua justiça não pratica o mal moral, mas penaliza com a “morte”, em suas manifestações e estágios, que é o mal físico. Deus não é o causador do mal moral, também não é o causador do mal físico e não criou o mal quando criou todas as coisas, porque as criou boas.

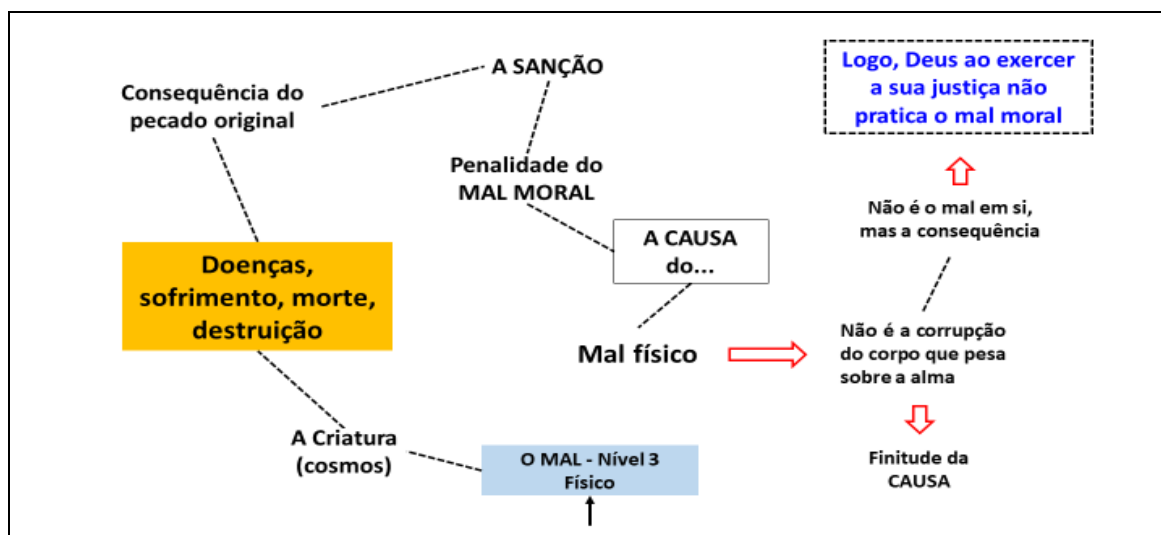


Figura 3. O mal físico e sua causa

Em Tiago capítulo 1, versículo 13, Agostinho encontra fundamento de seu argumento de que “Deus não pode ser tentado pelo mal e ele mesmo a ninguém tenta” (JFA, 1999, NT, p. 245). Quando Deus age causando o mau físico, age com justiça. Mas Deus nunca age mal, moralmente.

8 - A BOA VONTADE EM AGOSTINHO

Agostinho, em contraponto da má vontade, define a boa vontade em quatro virtudes cardeais. Isto é uma condição para uma vida feliz, que implica em viver justa e honestamente. Amar a Deus e rejeitar os bens inferiores. Afirma: “É feliz o homem realmente amante de sua boa vontade e que despreza, por causa dela, tudo o que se estima como bem, cuja perda pode acontecer, ainda que permaneça a vontade de ser conservado” (AGOSTINHO, 1995, p. 60).

Esta boa vontade ancorada nas seguintes virtudes cardeais:

1. Prudência: conhecimento das coisas que precisam ser desejadas e das que devem ser evitadas.
2. Temperança: a disposição de reprimir e reter o apetite das coisas vergonhosas do desejo.
3. Força: disposição da alma para desprezar os dissabores e a perda do que não está sob seu poder.
4. Justiça: dar a cada um o que é propriamente seu.

Agostinho espelha-se em Platão que identificara quatro virtudes no homem: a *coragem*, e chama de corajoso o homem “cujo ânimo, incapaz de ser abafado pelo prazer ou dor, teme ou despreza os perigos conforme lho aconselha a razão”; a *prudência*, e diz prudente o homem que “por causa desta pequena parte que governa e lhe dá ordens e que só possui a ciência do que é útil a cada uma das partes e a todas em conjunto”; a *temperança*, e afirma que o homem é “temperado pela amizade e harmonia que reinam entre a parte que manda e as que lhe obedecem, quando estas últimas estão acordadas em que à razão compete ordenar e por isso não se rebelam”; a *justiça*, pela qual o homem “será justo e cumprirá seu dever quando cada parte de sua alma fizer sua tarefa” e cita um exemplo prático de justiça: quando o sapateiro ou o carpinteiro, ou qualquer outro artífice, “desempenhasse bem seu ofício sem intrometer-se em outra coisa, traçávamos sem saber a imagem da justiça, e isso contribuiu para que a descobríssemos” (PLATÃO, 1994, p. 166-168). Estes princípios são correspondentes e iguais em número tanto na alma do indivíduo, quanto no Estado.

A boa vontade é valorizar os bens eternos dos quais a alma goza por si mesma e atinge também por si mesma, aos quais não pode perder, caso os ame de verdade.

O pecado, o fazer o mal (*malfacere*), contrário à boa vontade, é ir em busca dos bens temporais, como se eles fossem grandes e admiráveis, experimentados com o corpo, a parte menos nobre do homem, e que nada tem de seguro. Todas as más ações estão incluídas nesta categoria.

A boa vontade é um dom de Deus, uma bênção, um bem como toda a criação. “Agostinho entendeu que até mesmo a fé é um dom de Deus, obra da sua graça imerecida” (FERREIRA, 2014, p. 86). Até mesmo a existência do mal no mundo mais perfeito em face das criaturas livres e racionais.

9 - A CRÍTICA À LIBERDADE “COMPATIBILISTA” DE AGOSTINHO

Antes de posicionarmos algumas críticas à posição agostiniana, precisamos identificá-la nos estudos teológicos para facilitar a compreensão das posições contrárias.

Agostinho defende que a origem do mal moral é o mau uso da vontade livre. O ponto central desta questão remete a dois conceitos-chave: o de responsabilidade (FRAME, 2013, p. 106-118) e o de liberdade (FRAME, 2013, pp. 118-125).

Avaliando as diferentes teses explicativas para o Problema do Mal, John Frame defende que a resposta mais adequada viria da Bíblia, ainda que não devamos ignorar argumentos extra bíblicos, e faz duras crítica àqueles argumentos que, segundo ele, a Bíblia não diz.

Frame considerou também posições não bíblicas: “a defesa da não realidade do mal, que trataremos adiante por atingir em cheio a tese de Agostinho, a defesa da fraqueza divina, a defesa do melhor mundo possível, a defesa do livre-arbítrio, a defesa da construção do caráter, a defesa do ambiente estável, a defesa da causa indireta, a defesa da *ex Lex* e a defesa *ad hominem*”.

10 - A RESPONSABILIDADE

Responsabilidade por sua vez remete a dois significados que podem ser extraídos dos ensinamentos bíblicos: o primeiro, relativo à prestação de contas a uma autoridade; o

segundo, o de arcar com as consequências de um ato. Utilizamos estes dois conceitos também no cotidiano. Quando atuamos, notadamente em funções subalternas, há sempre o dever de prestar contas, de responder, a uma autoridade superior; por seu turno, especialmente na esfera jurídica da reparação civil, quando causamos algum dano somos chamados a arcar com os custos de nossas ações danosas.

John M. Frame (FRAME, 2013, p. 106) faz a seguinte relação do homem com Deus: “Na Escritura, os seres humanos são claramente responsáveis no primeiro sentido, visto que devem prestar contas a Deus como o supremo avaliador da conduta humana. Portanto, nesse sentido, a responsabilidade humana é uma consequência da autoridade de Deus”.

Muitas vezes a referência de santidade é o próprio Deus, pois fomos criados à sua imagem. Devemos ser santos, porque Deus é santo. Para os escritores sagrados, segundo o mesmo autor, há duas coisas muito claras para eles que é “Deus controla tudo” e “Deus é autoridade suprema”. Não há qualquer posição nas Escrituras contrária a isto.

Por outro lado, também é verdadeiro que eles afirmam a completa responsabilidade humana a despeito da Soberania de Deus. Tanto a Soberania de Deus quanto a responsabilidade humana são afirmadas nas Escrituras sem que os escritores se sintam constrangidos com qualquer contradição. Para eles, não existe contradição, a exemplo da seguinte passagem de Provérbios, capítulo 16, versículos 4 e 5: “O SENHOR fez todas as cousas para determinados fins e até o perverso par ao dia da calamidade. Abominável é ao SENHOR todo arrogante de coração; é evidente que não ficará impune” (JFA, 1999, AT, p. 579).

Este é o primeiro aspecto da prestação de contas do homem em relação a Deus, mesmo sendo este Soberano, que controla tudo. Neste sentido, aponta Frame (FRAME, 2013, pp. 110-111), “sempre somos responsáveis e totalmente responsáveis”, nem mais, nem menos.

Quanto ao segundo aspecto, de arcarmos com as consequências de nossos atos, o preço que devemos pagar é gradativo à gravidade de nossos atos, ponderado pelo grau de envolvimento pessoal, pela capacidade, pela competência, pelos meios disponíveis, ou seja, deve-se apurar o grau da nossa culpa. “A responsabilidade nesse segundo sentido determina o grau de culpa que a pessoa tem como resultado de um ato mau, e determina

a natureza da pena (FRAME, 2013, p. 111). O nosso Direito espelha isso, assim como nas Escrituras.

Em suma, somos totalmente responsáveis diante de Deus, porque Deus é totalmente SENHOR de tudo, Soberano, Autoridade Suprema. Quanto ao custo que devemos arcar pelas nossas transgressões, seremos responsabilidades na medida da nossa culpa. A propósito, todos, indistintamente, prestarão contas diante de Deus, é o que nos ensina as Escrituras, mas alguns terão suas penas menores que outros, ou receberão galardão maiores do que outros, e muitos terão suas dívidas totalmente pagas pelo sangue do Cordeiro, e a pena que viria sobre eles recairá sobre o Cristo de Deus. Então podemos entender por que ninguém é desculpável diante de Deus, e também compreendemos o que Paulo nos diz em Romanos, capítulo 8, versículo 1, “...já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (JFA, 1999, NT, p. 167).

11 - A LIBERDADE

O segundo importante conceito, que se relaciona diretamente com a tese de Agostinho, é o de “liberdade”. Mas qual espécie de liberdade é relevante para a concepção agostiniana? É a liberdade moral, ou seja, a capacidade de escolher o bem sem qualquer obstáculo. Com independência de condicionantes. Fazendo o que se quer.

Nas Escrituras, conforme vimos acima, Deus controla tudo. A isto chamamos de determinismo. E o determinismo é uma espécie de “causa eficiente” que prescreve nossas ações.

John Frame define a liberdade assim (FRAME, 2013, p.118):

Liberdade refere-se a várias espécies de habilidades (“liberdade para ou de”) e à falta de certas habilidades (“liberdade de”), que denominei “empecilhos”. Falamos acima sobre capacidades ou habilidades e possibilidades físicas, políticas, legais, econômicas e metafísicas (...) podemos também descrever essas capacidades como diferentes tipos de liberdade.

Ele (FRAME, 2013, p.118) cita as três que considera importantes para a discussão da responsabilidade humana: 1) liberdade moral: a liberdade para fazer o bem; 2) liberdade compatibilista: liberdade de fazer o que você quiser; e 3) libertarismo ou incompatibilismo: “poder de escolha contrária” ou “liberdade de indiferença” (WRIGHT, 1996, apud FRAME).

Ora, na concepção de “vontade livre” de Agostinho está a crença que Deus é Soberano, controla tudo, a tudo determina, mas o homem pode fazer escolhas livres, agindo de acordo com o seu caráter e desejos, por um lado livremente e, por outro lado, condicionado por uma causa eficiente alheia à sua vontade.

12 - A LIBERDADE COMPATIBILISTA

A posição é chamada de “Liberdade Compatibilista” porque “compatibiliza” a liberdade humana com o determinismo divino. Para esta concepção, a responsabilidade moral é condicionada pela liberdade. De certo modo, não absolutamente. É a vontade livre que reclama nossa responsabilidade. Em outras palavras, a responsabilidade moral decorre da vontade livre.

Os decretos de Deus são uma realidade causal distante, mas a “humanidade” (todo homem) pode escolher as suas ações como causa imediata em seu favor ou desfavor. De algum modo, as duas verdades estariam presentes nas Escrituras. Podemos dizer que esta é uma posição intermediária entre a libertarismo e o determinismo.

Frame (FRAME, 2010, p.122) denomina de “defesa da não realidade do mal” a tese de Agostinho. Coloca o argumento no mesmo patamar de religiões orientais, como o budismo, e seitas ocidentais, como a ciência cristã que afirmam ser o mal uma *ilusão*. A bem da verdade, Agostinho não entende o mal como ilusão, mas como um “não-ser”, como vimos acima. Diz que este posicionamento não é bíblico. Assim, Frame (FRAME, 2010, pp. 122-123) e categórico ao afirmar:

Nem a versão de Agostinho é mais bíblica. O que quer que digamos sobre a distribuição relativa do bem (isto é, do ser) ao longo do universo, a Escritura é clara em dizer que a distribuição está nas mãos de Deus. Deus é responsável por ausências e privações (se alguém desejar chamar assim) tal como é em relação aos seres bons do universo. Deus opera todas as coisas segundo o conselho de sua própria vontade (Ef 1.11), como Agostinho, mais tarde em sua vida, viria a reconhecer. Isso inclui pecados e males (Gn 50.20; Lc 22.22; At 2.23; 4.28; Rm 9.1-29). É verdadeiro que todas as coisas são boas, mas que o coração humano é mau, e, por causa disso, nós descrevemos muitos eventos no mundo como sendo maus, pois eles expressam a resposta de deus para o pecado (Gm 3.17-19. Não há consenso em criar uma categoria metafísica distinta (“não bem”, “privação”) para o mal. O problema é simplesmente que Deus é soberano sobre todos os eventos, não importando como alguém analise o mal de maneira metafísica, ele será parte do plano de Deus.

A crítica do argumento de Agostinho não é menosprezo pelo filósofo cristão. Comentando Jay E. Adams ele diz: “Afinal, se Agostinho não pôde resolvê-lo, quem é

Adams para pensar que pode?”, ao criticar Adams por querer achar uma resposta satisfatória para todo e qualquer problema.

Advogando a primazia das Escrituras quanto às respostas ao problema do mal, Frame (FRAME, 2010, p. 188) é categórico:

Bem, consideremos tais pensamentos, por um momento. Primeiro, deixe-me dispor do argumento de Agostinho. Conquanto eu aplauda Agostinho por suas formulações rigorosamente bíblicas em algumas áreas, não posso acompanhá-lo em outras. Por exemplo, ele acreditava que o batismo lavaria os pecados. Agostinho não é a resposta final – a Escritura é!

É, sem dúvida, uma crítica consistente uma vez que as Escrituras afirmam que tudo que há veio à existência por Deus, sendo Ele causa de todas as coisas. Por isso, esta posição de Frame se aproxima do determinismo, e escapa da armadilha de tratar o mal como um “não-ser”, ou como outros dizem, uma “ilusão”, que esbarra na impossibilidade lógica de um ‘não-ser’ causar algo.

13 - O LIBERTARISMO

A posição oposta ao determinismo é o libertarismo (FRAME, 2013, p. 120). Trata-se do entendimento de que o livre arbítrio humano tem a capacidade de se sobrepor ao decreto de Deus.

O homem pode agir contrário à vontade de Deus no sentido de ir contra as suas determinações. Em outras palavras, a vontade é capaz de agir sem uma causa necessária, simplesmente pela sua vontade imediata, até mesmo contra o próprio caráter e desejos, como se independente do próprio homem. Às vezes esta posição é chamada de *incompatibilismo* (FRAME, 2013, p. 120), pois é incompatível com o determinismo.

Há muitas objeções a esta posição, mas ela está presente em toda a história da igreja cristã. Não trataremos agora das críticas desta posição, mas apenas queremos mostrar para conhecimento dos leitores e despertar as suas curiosidades.

Foi justamente uma posição libertária que atacava a doutrina católica do pecado original, a de Pelágio, que levou Agostinho a se debruçar com afinco na controvérsia pelagianas, apelando para a graça de Deus.

Agostinho, como diz Franklin Ferreira (FERREIRA, 2014, p.85), “se lembrou de como foi difícil sua conversão, em como orava: ‘Até quando, Senhor, até quando? Amanhã, sempre amanhã? Por que não acaba com minha imundície neste exato momento?’. Sua resposta foi abrangente”. Ele não era livre, mas escravo.

Irônico que os pelagianos tenham utilizado como argumento em favor do seu libertarismo a obra *O livre-arbítrio* de Agostinho. Em suas *Retractationes* (retratações), ele revisa algumas de suas posições que foram assumidas em seu pensamento e obras (AGOSTINHO, 1995, p. 17).

Em sua defesa, Agostinho explicou tratar-se de se alongar na liberdade para explicar que Deus não é responsável pelo mal, nem pelo pecado, mas que esta não suplanta a graça de Deus. Nas *Retratações*, afirma que fez menção, pelo menos umas quatro vezes, sobre a graça de Deus em *O livre-arbítrio*. A doutrina central na controvérsia pelagiana foi a da graça de Deus.

Podemos dizer que a posição de Alvin Plantinga (PLANTINGA, 2012, p. 44) é libertarista na medida em que ele faz a defesa do livre-arbítrio. Assim afirma para se distinguir do pensamento de Agostinho: “Um teodicista tenta nos dizer por que Deus permite o mal. Muito diferente de uma teodiceia do livre arbítrio é aquilo a que chamarei de *defesa do livre arbítrio*. Nesse caso, o que se visa não é dizer qual é a razão de Deus, mas no máximo qual *poderia talvez* ser a sua razão”.

Plantinga não é compatibilista como Agostinho, mas um libertarista. Ele apresenta as diferenças entre ambos (PLANTINGA, 2012, p. 44):

Poderíamos exprimir a diferença como se segue. O teodicista do livre-arbítrio e o defensor do livre arbítrio tentam ambos mostrar que: (1) [Deus é onisciente, onipotente e plenamente bom] é consistente com (2) [Deus cria um mundo com mal e tem uma boa razão para fazê-lo], e é claro que, se o for, então o conjunto A [(1) Deus é onipotente; (2) Deus é totalmente bom; e (3) O mal existe] é consistente.

O teodicista do livre-arbítrio tenta fazê-lo encontrando uma dada proposição *r* [exemplo: Deus é o bem supremo, logo não pode criar o mal] que em conjunção com (1) implique (2); afirma, além disso, que essa proposição [*r*] é verdadeira, e não apenas consistente com (1). Tenta nos dizer *qual é realmente* a razão de Deus para permitir o mal.

O defensor do livre arbítrio, por outro lado, apesar de também tentar encontrar uma proposição *r* que seja consistente com (1) e que em conjunção com ela implique (2), *não* afirma saber ou até acreditar que *r* é verdadeira. E nesse caso, é claro, tem todo o direito de fazê-lo. O seu objetivo é mostrar que (1) é consistente com (2), de modo

que tudo o que tem a fazer é encontrar um *r* que seja consistente com (1) e seja tal que (1) e *r* implique (2); se *r* é verdadeira ou não é outra questão.

Basta para a *defesa do livre-arbítrio* de Plantinga demonstrar a consistência do conjunto A [(1) Deus é onipotente; (2) Deus é totalmente bom; e (3) O mal existe]. Na defesa do livre arbítrio, não há necessidade de compatibilizar com o determinismo divino, com a Soberania de Deus, ou encontrar uma razão de Deus para permitir o mal, mas simplesmente demonstrar que não há contradição no conjunto A.

Considerando o mal específico, Plantinga (PLANTINGA, 2012, p. 44) não acredita que qualquer destas posições, a dele ou a de Agostinho, dão “qualquer pista” para a razão de Deus. Neste aspecto em particular, não é uma posição otimista, como se vê. Nem no aspecto da defesa da fé, uma *função apologética*, nem no que denomina *função pastoral*, que seria empregar estes argumentos para o consolo do que sofre, a conclusão é de que “nenhuma delas responde” satisfatoriamente aos que sofrem com mal no mundo (PLANTINGA, 2012, p. 45):

Quando é confrontado com o mal em sua própria vida ou quando subitamente se dá conta com mais clareza da extensão e magnitude do mal, um crente em Deus pode passar por uma crise de fé. Pode sentir-se tentado a seguir o conselho dos “amigos” de Jó; pode sentir-se tentado a “amaldiçoar Deus e morrer”. Nem uma defesa do livre arbítrio nem uma teodiceia do livre-arbítrio foram concebidas para ser de grande ajuda ou servir de consolo a quem passa por tal tempestade na alma (ainda que num caso específico, é claro, uma ou outra possam revelar-se úteis).

Heber Campos Júnior (CAMPOS JÚNIOR, 2012, pp. 141-149), em sua obra *Triunfo da Fé*, um estudo em Habacuque, na qual lida com o problema do mal, identifica dificuldade de duas ordens: o problema intelectual e o problema emocional. O primeiro, diz respeito à presumida contradição lógica de crer em Deus em face do sofrimento. O segundo, é o de como confiar em um Deus que permite tanto sofrimento. Estes argumentos são empregados pelos “incrédulos”, segundo aquele autor.

Quanto à posição de Plantinga, de William Lane Craig e de Michael Peterson, Heber Campos Júnior (CAMPOS JÚNIOR, 2012, p. 157) apresenta suas discordâncias nos seguintes termos:

Primeiramente, embora os adeptos dessa defesa queiram isentar Deus de qualquer culpa do mal, eles acabam omitindo o elemento de causalidade do mal em Deus que ele não esconde em sua Palavra. A doutrina do *concursum*, brevemente exposta em um

dos capítulos desse livro, não fecha os olhos para o fato de Deus determinar nossas livres escolhas. Antes ela sustenta que o mal acaba sendo a ocasião de Deus manifestar a glória de seus atributos: amor, misericórdia, graça, santidade, justiça e poder (cf. Rm 9.22-24).

John Frame afirma, na nota 26 do capítulo 8, de *A doutrina de Deus*, que “muitos filósofos cristãos acreditam que o livre-arbítrio é essencial para solucionar adequadamente o problema do mal. A argumentação de Alvin Plantinga tem sido especialmente influente quanto a isso” (FRAME, 2013, p. 578).

Frame (FRAME, 2010, p. 126) afirma, na obra *Apologética para a Glória de Deus*, que: “A Escritura jamais usa a defesa do ‘livre-arbítrio’ em qualquer passagem em que o problema do mal é trazido à discussão. Você não encontrará isso no livro de Jó, no Salmo 37 ou no Salmo 73. De fato, todas essas passagens pressupõem uma forte visão da soberania divina”.

Outra abordagem comentada por Heber Campos Júnior (CAMPOS JÚNIOR, 2012, p. 156) é a chamada *teodiceia da feitura da alma* de John Hick, pela qual o homem foi criado para se desenvolver em um processo contínuo e que o mal, apesar de ter retardado esse desenvolvimento com a queda, acaba contribuindo para as virtudes humanas. É como se o pecado fosse um mal necessário ao desenvolvimento do homem. Heber (CAMPOS JÚNIOR, 2012, p. 156) aponta diversos problemas com esse ensino: o pecado de Adão não é visto nas Escrituras assim; o sofrimento de muitos é ignorado uma vez que há sofrimentos terríveis no mundo levando à indagação da necessidade disso para o desenvolvimento humano; que o aperfeiçoamento vem pela obediência e não pelo sofrimento; desconsidera que a criatura é boa, e não imatura e carente, senão perfeita na sua criação, transmutando-se com a queda.

14 - O DETERMINISMO

Por seu turno, Vincent Cheung, presidente do *Reformation Ministries International* (Ministério Reformado Internacional), sustenta em um artigo intitulado “O Autor do Pecado” a seguinte posição determinista (CHEUNG, p.1):

Apologética é fácil, mas ela é frequentemente dificultada por tradições anti-bíblicas e suposições irracionais.

Quando cristãos reformados são questionados sobre se Deus é o “autor do pecado”, eles são muito rápidos em dizer, “Não, Deus não é o autor do pecado”, e então eles se torcem, se viram e se contorcem no chão, tentando dar ao homem algum poder de “auto-determinação” (e.g. Hodge, Dabney, Shedd, etc.), algum tipo de liberdade que torne o homem culpado (mesmo quando não há nenhuma relação estabelecida entre liberdade e culpabilidade), e, todavia, ainda deixar Deus com soberania *total*.

Por outro lado, quando alguns alegam que minha visão da soberania divina faz de Deus o autor do pecado, minha primeira reação tende a ser, “E daí?”. Cristãos que discordam de mim cantarolam estupidamente, “Mas ele faz de Deus o autor do pecado, ele faz de Deus o autor do pecado...”. Contudo, uma descrição não se eleva a um argumento ou objeção, e eu nunca me deparei com uma explicação nem sequer meio-decente do *que há de errado* em Deus ser o autor do pecado em nenhuma obra teológica ou filosófica, escrita por qualquer um, de qualquer perspectiva. *Seja Deus o autor do pecado ou não*, não há nenhum problema bíblico ou racional em Ele ser o autor do pecado.

As posições deterministas mais radicais tentam excluir a responsabilidade do homem. Consideram os decretos eternos e imutáveis de Deus a causa eficiente primária de todas as coisas, independente da liberdade humana, com base no fato de Deus ser quem Ele é. Isso não contradiz as Escrituras e não faz de Deus um pecador, mesmo que Deus fosse o autor do pecado. Para estas, resta à posição compatibilista de Agostinho somente três saídas, todas insuficientes: o paradoxo, o mistério e a antinomia.

Agostinho ficou conhecido como defensor da liberdade do homem e da soberania divina, conforme as Escrituras, pois é certo que ela afirma as duas coisas, embora tenhamos enorme dificuldade de explicar a soberania de Deus *versus* a (ou *concursum* com a) responsabilidade do homem. Mesmo difícil de compreender, é assim que o texto sagrado nos revela.

15 - AGOSTINHO E O MANIQUEÍSMO

Podemos perguntar: qual é a tônica da refutação maniqueísta de Agostinho? E a resposta é que o primeiro e mais fundamental nível de consideração da natureza do Bem é o ontológico e não o ético. O bem criado possui dupla constituição, a sua existência real e a sua natureza. É a natureza que determina o bem existente como espécie.

O que os maniqueus pretendiam era afirmar que haviam dois domínios, ou duas naturezas, a do bem, que chamavam Deus e outra do mal, em oposição ontológica. Isso seria um “delírio” para Agostinho, porque o que os maniqueus chamavam de Supremo Mal, incluindo aí os corpos, eram dotados de muitos bens como a vida, o poder, a saúde,

a memória, a inteligência, a temperança, a força, a riqueza, a sensibilidade, a luz, a harmonia, a medida, o número, a paz, o modo, a espécie e a ordem. E naquilo que chamavam Supremo Bem colocavam muitos males como a morte, a doença, o esquecimento, a loucura, a desordem, a impotência, a indigência, a estultícia, a cegueira, a dor, a injustiça, a guerra, o desregramento, a disformidade e a perversidade. Isso não fazia sentido. Especialmente, na pessoa de Cristo que, sendo Deus, o Supremo Bem, sujeitou-se a dores, sofrimento e morte.

Para Agostinho só havia uma dimensão do ser, além do Criador que é o Bem Supremo, as coisas criadas que são bens inferiores. Só havia um domínio, uma natureza para o bem. O mal seria o afastamento do bem, ou a escolha de um bem menor, inferior.

Antes de livrar Deus da acusação de praticar o mal, Agostinho estava defendendo a própria natureza de Deus. Os maniqueístas diziam que a natureza de Deus estava misturada com todas as coisas, não pela potência divina, mas desgraçada, oprimida, manchada, sem obrigação de governar e reger todas as coisas, havendo de ser separada, liberta e purificada pelo curso do Sol, da Lua, pelas faculdades da Luz e pelos seus Eleitos.

O exemplo de Adão empregado por Agostinho é elucidativo. Os maniqueístas defendiam que “Adão, o primeiro homem, foi criado por alguns dos príncipes da raça das Trevas para que a luz ficasse retida e não escapasse deles” (AGOSTINHO, 1992, p. 91). O conteúdo dessa concepção adâmica é atribuída a Manis, que escrevera uma Epístola denominada *Fundamento*. Agostinho explica que Adão fora criado bom, como afirmou Paulo em 1Tm 4.4, e que não por acaso a proibição normativa atribuída a ele foi não comer “da árvore do discernimento do bem e do mal”, semelhantemente boa. Não significa que Deus havia plantado uma árvore má no Éden, mas que Ele próprio era melhor do que a árvore que havia proibido tocar. O intuito de Deus era mostrar que a alma não deveria estar submetida a si própria, mas ao seu Criador, subjugando-se a Deus e guardando, pela obediência, a ordem da sua salvação. O outro caminho seria corromper-se pela desobediência, caso escolhesse o bem menor. Por isso chamou de “árvore do discernimento” (ou conhecimento) para que o homem pudesse distinguir o “bem da obediência” do “mal da desobediência” (AGOSTINHO, 1992, p. 71).

Então, Agostinho conclui que “o pecado não é, como disse, o apetite de uma natureza má, mas o afastamento em relação a uma melhor. Por isso é o próprio ato que é mau e não a natureza que utiliza mal aquele que peca”. (AGOSTINHO, 1992, p. 73). É justamente o ato que é mau, conduzido pela liberdade de escolha. O livre-arbítrio, será a causa do mal.

Resta-nos, após considerar os aspectos metafísico-ontológico e moral, apreciar o mal físico, que é um retorno à ordem chamada pelo próprio Deus, como expressão de sua justiça. Diz-nos Agostinho (AGOSTINHO, 1992, p. 73):

Assim, se todas as naturezas conservarem o modo, a espécie e a ordem próprias, o mal não existirá. Mas se alguém quiser usar mal estes bens não triunfará sobre a vontade de Deus, quem também sabe ordenar os injustos com justiça.

Desta maneira, se pela iniquidade da sua vontade eles usarem mal aqueles bens, Deus, pela justiça do seu poder, usa bem os males que eles fizeram, ordenando retamente com penas quem perversamente tem no pecado a sua ordem.

As Escrituras respaldam em muitos aspectos a posição agostiniana revelando um Deus completamente Bom, Todo-poderoso, Misericordioso, Justo, Perfeito em Si, Onipresente e Onisciente. Por sua vez, mostra o homem responsável por sua própria queda, escravo do pecado, fazendo escolhas que desagradam a Deus e incapaz de libertar-se a si mesmo. Ao longo e ao cabo da existência dependerá o homem completamente do seu Criador para restaurar a sua natureza, antes corrompida, em uma nova natureza, puramente por obra e graça desse mesmo Deus.

16 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de, ao longo do artigo, mostrarmos diversas matizes do chamado “problema do mal”, na conclusão destacamos aquilo que se pode deduzir, direta ou indiretamente, de Agostinho, embora não exaustivamente. Chegamos às seguintes conclusões lógicas:

1. Deus é eterno e bom;
2. O cosmos passou a existir e é um bem inferior (criaturas efêmeras e boas);
3. Tudo o que Deus criou é um bem (“e viu que tudo era bom”);
4. O bem é um ser e é por si e de si mesmo (Deus eterno criador);

5. O mal não é um ser, não existe em si, mas é deficiência e privação do bem (argumento de Plotino);
6. O mal não foi criado;
7. Tudo o que Deus criou é um bem;
8. A existência do bem pressupõe a existência do mal, sua negação;
9. Se Deus é bom, as criaturas foram boas, logo o bem era conhecido desde o início;
10. O mal moral somente poderia ser conhecido se houvesse liberdade na vontade do homem;
11. Deus é totalmente livre;
12. As criaturas morais de Deus eram livres também para conhecerem o mal que não conheciam;
13. Deus, infinitamente bom e justo, “não pode” praticar o mal;
14. Deus sempre conheceu o mal, não por que praticara o mal, mas por conta da ausência de bem por ele conhecida;
15. As criaturas de Deus, anjos e homens, só puderam conhecer (praticar) o mal porque eram livres para escolherem não praticar o bem (causa eficiente);
16. Praticar o bem para as criaturas livres era natural e significava buscar o Bem Supremo;
17. Praticar o mal para as criaturas era buscar os bens inferiores (criaturas)
18. A vontade livre é um bem em si de grande valor e não um mal.

A respeito do problema do mal, encontramos, tanto na obra *O Livre-arbítrio* quanto em *A Natureza do Bem*, uma argumentação lógica e bíblica, bem fundamentada filosófica e teologicamente, promovida por quem conheceu os argumentos dos seus adversários de polêmica, razão de sua resistência às mais duras provas a que foi submetida nos últimos quinze séculos.

Sugerimos o melhor caminho que é a leitura direta nos textos agostinianos. Nenhum artigo, comentário ou livro de autoria diversa substituirá, em qualidade e profundidade, a do próprio Agostinho. Ele foi um pensador de linguagem acessível, argumento denso e obras de referência para as principais doutrinas cristãs.

REFERÊNCIAS

A Bíblia Sagrada. Tradução: João Ferreira de Almeida. 2 ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. NT.

AGOSTINHO. **A Natureza do Bem**. Introdução, tradução e notas de Mário A. Santiago de Carvalho. Vol 1. Mediaevalia Textos e Estudos. Fund. Eng. Antônio de Almeida: Porto, 1992.

_____. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1997. Coleção Patrística.

_____. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995. Coleção Patrística.

BARACAT Júnior, José Carlos. **Plotino, Enéadas I, II e III; Porfírio, Vida de Plotino** – Introdução, tradução e notas. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

BEEKE, Joel R. & FERGUSON, Sinclair B.. **Harmonia das Confissões de Fé Reformadas**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã**. tradução Israel Belo de Azevedo, Valdemar Kroker. 3 ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CAMPOS JÚNIOR, Heber Carlos. **Triunfo da fé: lidando com o problema do mal** – um estudo em Habacuque. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 1012.

CHEUNG, Vincent. **O Autor do Pecado**. Monergismo, http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_autor_pecado.htm, p. 1-6, 25 jun. 2019.

FERREIRA, Franklin. **Servos de Deus: espiritualidade e teologia na história da igreja**. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 2014.

FRAME, John. **A doutrina de Deus**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

_____. **Apologética para a glória de Deus** – Uma introdução. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

GONZÁLEZ, Justo L. **História Ilustrada do Cristianismo** – A era dos mártires até a era dos sonhos frustrados. Vol 1. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 2014.

HOUAISS, A. (2009). **Dicionário Eletrônico: Versão Monousuário 3.0**. Brasil: Editora Objetiva LTDA.

PLANTINGA, Alvin. **Deus, a liberdade e o mal**. São Paulo: Vida Nova, 2012.

PLATÃO. **A República**. Bauru, SP: EDIPRO, 1994. Série Clássicos.

_____. **Fedão.** Tradução: Carlos Alberto Nunes. p. 7. Homepage: <http://br.egroups.com/group/acropolis/> em 24 de junho de 2019.